

A "Obra Didática" de Frei Caneca na História das Ideias Linguísticas: configurações de um poder dizer

The didactic work of Frei Caneca in the History of the Linguistic Ideas:
allowance to speak configurations

Claudia Castellanos Pfeiffer

Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil

Resumo: Neste texto buscamos apresentar, dentro da perspectiva da História das Ideias Linguísticas, uma análise discursiva das condições de produção da obra didática de Frei Caneca (início do século XIX), apontando para parte do processo de significação que instaura um poder dizer brasileiro sobre a sua língua. Trata-se, pois, de buscar compreender filiações de sentido do processo de gramatização da língua brasileira em um recorte particular: o dizer sobre a retórica – lugar autorizado e desautorizado do bem dizer.

Palavras-chave: Retórica. Gramatização brasileira. Autoria. Legitimidade.

Abstract: This paper presents, considering the perspective of the History of the Linguistic Ideas, a discursive analysis of the production conditions of the didactic work of Frei Caneca (early 19th century), pointing to part of the meaning process that establishes a Brazilian allowance to speak about its language. Therefore, it seeks to understand the meaning affiliations of the grammatization process of the Brazilian language in a particular cutout: saying about rhetoric – an authorized and unauthorized place of speaking well.

Keywords: Rhetoric. Brazilian grammatization. Authorship. Legitimacy.

Introdução

Meu interesse neste artigo é compreender um pouco sobre os efeitos de sentido produzidos no e a partir do dizer construído nas práticas discursivas de Frei Caneca. O autor escreve sua obra nas duas primeiras décadas do século XIX, momento este um pouco anterior àquele caracterizado mais fortemente pela gramatização brasileira, mas que reverbera sentidos na direção de abrir a própria possibilidade histórica de se construir um lugar legitimado para o saber brasileiro sobre a própria língua (ORLANDI, 1997). Meu interesse particular, atravessado por outras pesquisas, é o de procurar entender o funcionamento de discursos sobre a retórica, isto é, os sentidos por eles construídos para as diferentes maneiras de dizer na e da língua (nacional). Decorre daí uma possibilidade de compreender um pouco mais sobre os sentidos que vão sendo construídos para esta língua, bem como sobre o modo através do qual se institucionaliza um novo lugar no processo de escolarização para se falar sobre a construção de um texto no que diz respeito à sua “comunicabilidade”, sua “beleza” e seu “poder de convencimento”. Isto é, de que modo temas ligados à língua, tal como eloquência, estilo e persuasão (entre outros), são tomados em outro eixo espaço-tempo, em outras condições de produção, em outra relação com a história, produzindo novos espaços para novas-mesmas questões.

A obra escrita por Frei Caneca foi classicamente distinta entre uma de cunho político/panfletário e outra de cunho didático. Minha análise buscou um olhar que desfizesse esta distinção, apesar de trazer para este trabalho mais propriamente a gramática e o tratado de eloquência escritos pelo autor. Gostaria de fazer notar que os textos considerados parte da obra didática de Frei Caneca foram constantemente apagados da historiografia brasileira, seja pela não citação, seja pela qualificação negativa atribuída pela crítica literária e/ou linguística.

Breve apontamento sobre a gramatização da língua nacional brasileira

Frei Caneca escreve nas primeiras décadas do século XIX, inscrevendo-se em filiações discursivas que fundaram um lugar possível para o dizer legitimado do brasileiro. Para dar maior visibilidade ao momento em que estas discursividades se dão, faço alguns apontamentos sobre este período.

Pensar a relação entre a construção da metalinguagem e da língua nacional foi um trabalho extensamente desenvolvido por Eni Orlandi, que coordenou primeiramente projetos interinstitucionais com a parceria de Sylvain Auroux (Universidade de Paris VII). Nessa empreitada, configurou-se de maneira clara a compreensão dos processos de institucionalização da língua e de seu conhecimento numa relação necessária com o Estado. É essa compreensão que está no centro da área da *História das Ideias Linguísticas*, iniciada, ainda na década de 80, como projeto de pesquisa e, atualmente, institucionalizada como área de conhecimento.

Nessa reflexão, tomamos como pontos nodais o estudo dos instrumentos tecnológicos de gramatização no sentido definido por Auroux (1992, p. 65, grifos do autor), que entende gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”, pensando sempre sobre a constituição destes instrumentos – que são históricos. Deriva daí a possibilidade de compreender parte dos processos de identificação que sustentam a construção de um país enquanto uma nação, conforme Guimarães e Orlandi (1996).

Os trabalhos desenvolvidos por Guimarães (1994) e Orlandi (2001) nos ensinaram que a gramatização no Brasil – momento em que os instrumentos tecnológicos sobre a língua se instalam – inicia-se fortemente na segunda metade do século XIX. Lembrando sempre que olhar para esse processo histórico é buscar compreender filiações de sentido que se entrelaçam, analisarei parte da obra de Frei Caneca, escrita no início do século, tendo sempre em mente que o processo da gramatização se dá em torno de uma busca pela especificidade do português do Brasil em relação ao de Portugal: é um movimento pela diferenciação, através da busca pela unidade (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996).

Orlandi considera, ainda, o acontecimento da gramatização como caracterizado pela “passagem discursiva dita na diferença desses dois enunciados ‘língua Portuguesa do Brasil/língua Portuguesa no Brasil’” (1997, p. 5, grifos da autora). Tal passagem é subsumida à própria possibilidade de poder ser autor de gramática no Brasil, no movimento de sentidos que acompanham a República e por meio do qual “não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe. A gramática, desta perspectiva, é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade” (Id.Ibid.).

Em suma, a gramatização da língua nacional no Brasil não implicou em um movimento de instituição de uma outra língua, e sim de legitimação do direito de dizer sobre a sua língua. Diferença fundamental. É disso que estarei tratando ao refletir sobre as formulações na obra de Frei Caneca.

Um breve percurso biográfico sobre Frei Caneca¹

Em 1869, a Assembleia Legislativa da província de Pernambuco decreta que toda a obra escrita por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca seja publicada como forma de homenagem, reconhecendo na figura do Frei *um mártir patriota injustamente executado*.

Ao Comendador Antonio Joaquim de Mello coube a tarefa de organizar o compêndio que reuniria toda a obra de Frei Caneca, resultando no livro *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca* (1869). Nesta obra constam, entre outros textos, uma breve biografia de Frei Caneca – caracterizada por um tom laudatório – assinada pelo Comendador; todo o ato de acusação a Frei Caneca e sua defesa; poesias de sua autoria; uma gramática; um tratado de eloquência; e uma dissertação (intitulada *Sobre o que se deve entender por Pátria do cidadão, e deveres deste para com a mesma Pátria*).

Frei Caneca é natural de Recife e, segundo consta, nada se sabe acerca da data de seu nascimento ou batismo. Sabe-se somente que toma o hábito em oito de outubro de 1796 na igreja Nossa Senhora do Carmo e que, em 1803, sua ordem concede-lhe patente de “Leitor em Retórica e Geometria”, ocupando o lugar de “definidor (cadeira de filosofia)”. Em 1809, torna-se secretário da Comissão de Visitação do Convento, aprofundando, nesta mesma época, seus estudos sobre Mecânica e Cálculo. Pelo que consta, gozava de extrema admiração por parte de seus companheiros, sendo muito requisitado como tutor de aprendizes particulares.

Após dois anos de cárcere por sua participação na *revolução democrática e independente* de 1817, em Pernambuco, Frei Caneca é levado à Bahia onde é concedido um novo julgamento ao ato da Insurreição. A província da Bahia julga nula a devassa “formidolosa” da Insurreição, e Frei Caneca volta para casa em 1820.

É durante o período de sua prisão, contam os relatos, que escreve uma gramática, organizada como uma sequência de lições.

Em 1822, já como catedrático de Geometria, Frei Caneca é orador da cerimônia comemorativa da independência brasileira, homenagean-

1 Baseado, sobretudo, em Fausto (2001) e Mello (1869).

do D. Pedro I. Nesta mesma época, ele escreve a dissertação “Sobre o que se deve entender por Pátria do cidadão, e os deveres deste para com a mesma Pátria”, que só vem a ser impressa em 1823.

Em um periódico – *Arara Pernambucana* – escrito por um dos prisioneiros participantes de um outro levante na província de Pernambuco, enviado a corte do Rio de Janeiro para julgamento em 1823, sérias acusações são levantadas contra Frei Caneca, bem como à província de Pernambuco como um todo, atribuindo-lhes “pensamentos republicanos”. Em resposta às denúncias, Frei Caneca formula três escritos que combatem as acusações e que são caracterizados, segundo o Comendador Antonio Joaquim de Mello, pela veemência e pouca diplomacia, frutos “da pouca idade e experiência do rapaz”.

A Assembleia Constituinte é dissolvida por decreto de D. Pedro I, em doze de novembro de 1823. Chamado a manifestar-se diante da junta da província a respeito do nome indicado pelo monarca para ser o novo presidente dessa junta de Pernambuco, Frei Caneca pronuncia-se contra o nome escolhido e, mais especificamente, contra a atitude do monarca, que deveria ser “o representante das vontades populares e não seu algoz”. Neste período, escreve dois textos lidos diante da junta e, na mesma época, torna-se responsável pelo periódico *Thyphes Pernambucano*. Tal periódico foi editado de 25/12/1823 a 12/08/1824, somando um total de vinte e nove números no quais expressava sua posição sobre os problemas políticos do momento e sobre sua concepção de governo, considerando fundamental construir sua base na vontade popular.

Em setembro de 1824 é preso sob a acusação de alta traição. De seu próprio punho escreve sua defesa, sendo condenado à morte pela Corte. Em treze de janeiro de 1825 é executado e, dizem ainda os relatos, o enforcamento – método habitual de execução – foi substituído pelo fuzilamento, pois carrasco algum teve coragem de enfrentar a situação.

A circulação de livros e o mercado editorial brasileiro no final do século XVIII e no século XIX²

O poeta e professor de retórica Silva Alvarenga representa bem o período em que Frei Caneca viveu em termos do que podia e não podia circular e ser produzido editorialmente. Sua biblioteca particular, constituída de modo ilegal, já que a compra não era permitida pela metrópole, continha

2 Observamos a série de fatos que aqui desenvolveremos a partir da dissertação de mestrado de Quadros (1993).

mais de mil volumes do mercado editorial europeu (maioria de edição francesa). Homens como o poeta Alvarenga eram presos de quando em quando de acordo com os humores e rumos políticos. O próprio poeta foi preso em 1794, junto com seus companheiros membros da Sociedade Literária, e solto apenas dois anos mais tarde, quando houve uma mudança das diretrizes da condução da política portuguesa de Estado. É justo em 1796 que passa a ser permitida a posse particular de livros com a ressalva de que o uso público destes livros era controlado pelo Estado, ou seja, a circulação é proibida, mas o uso privado é permitido.

À época da morte do poeta Alvarenga, em 1814, encontramos um outro cenário político, no qual o mercado livresco é instituído e o livro ganha um valor oficialmente cultural e mercantil. Neste momento os livros podem ser comercializados no Brasil, mas não produzidos no território.

Segundo os relatos historiográficos, é em 1806 que teremos o primeiro impresso produzido comprovadamente no Brasil, quando a tipografia ainda era proibida na Colônia: o Canto Encomiástico de Diogo Pereira de Vasconcellos, impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes em Vila Rica³. Em função da proibição da tipografia na Colônia, foi inteiramente gravado em chapas de cobre e impresso, na semi-ilegalidade, com o auxílio da Casa de Fundição de Ouro (gravura em talho-doce). O interessante de se notar é que há uma ambivalência na produção deste impresso, percebida claramente no domínio da técnica da obtenção da imagem impressa⁴ apresentada com uma distribuição/organização de um simulacro da página tipográfica. Há a sobreposição de uma técnica associada à reprodução de imagens (para isto destinava-se a Casa de Fundição de Ouro) e uma técnica de impressão de registros escritos. Neste sentido, é forte o apelo pela defesa da tipografia, feito pelo impresso, através de um simulacro da presença tipográfica, que marca a ausência do tipógrafo⁵.

Vale lembrar que, no Brasil, havia um grande público-leitor que contrastava com as pequenas possibilidades de produção própria. A escrita literária feita no Brasil restringia-se à forma de manuscritos, de audiências e cerimônias oficiais, sujeitando-se às inconstâncias dos políticos, regidos por um patronato estatal e que alternavam entre proteção e intolerância.

3 Edição fac-similar com estudo bibliográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, RJ/SP, Biblioteca Nacional/Gráfica Brasileira, 1986.

4 A imagem impressa era feita em gravura em talho-doce; as letras sulcadas no metal tinham como modelo, claramente identificável, os alfabetos gráficos da tipologia de Didot (renomado na época).

5 Penso na autoria: simulacro do texto, ausência do sujeito.

A criação da “Oficina Tipográfica, Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego”, ainda no século XVIII, paralela à imprensa Régia desde 1768, é efeito de um processo em andamento em que o Estado Português tomava para si a condução de um empreendimento editorial e literário, transpondo a escrita para um espaço de *trabalho*. Isto porque as oficinas contratavam pessoas que lá habitariam e dela sobreviveriam: a literatura passa a ser uma manufatura, escrever passa a ser também uma arte mecânica. Estes homens tinham a tarefa de vulgarização do conhecimento científico. Neste processo, a escrita torna-se uma função de Estado legítima, ao mesmo tempo em que afasta, na colônia, os “homens de letras” da prática de imprimir e publicar.

Segundo Quadros (1993), mesmo permitindo a prática da impressão na metrópole, a preferência dada pelo Estado era por uma literatura científica com fins utilitaristas. A escassa poesia que seria impressa pela metrópole procurava mesclar seus motivos árcades com esses mesmos fins. Entretanto, esta tentativa de depuração do Estado não conseguiu controlar a circulação de leituras privadas, fomentadas por operações clandestinas de uma rede comercial do mercado livresco.

Paralela a essa movimentação editorial na metrópole, em 1808 a Imprensa Régia instala-se no Rio de Janeiro⁶ e traz para si muito do conhecimento adquirido pelos brasileiros que trabalharam no “Arco do Cego”. Vemos, então, que Frei Caneca escreve em uma época em que já havia a imprensa no território brasileiro, momento este em que, ao lado das folhas volantes, pasquins e panfletos, também era frequente o assim designado jornalismo político do qual Frei Caneca participa. Entre seus companheiros responsáveis por periódicos importantes, encontra-se Hipólito da Costa, que editava o “Correio Brasiliense ou Armazém Literário” impresso em Londres de junho de 1808 a dezembro de 1822/janeiro de 1823, em exílio “voluntário”. A prosa jornalística do Correio Brasiliense media forças com a Coroa portuguesa e, portanto, seus impressos entravam do mesmo modo do que o resto dos impressos europeus: clandestinamente. A temática mais forte desse periódico (que circulava em Portugal e no Brasil) era a defesa de uma nação que não se submetesse ao poder absoluto, mas que se organizasse livremente sob a forma de um espaço político público:

6 Junto com a implantação da imprensa, podemos citar outras decorrências da transferência para o Rio de Janeiro da capital do império português, como: a abertura dos portos e as criações da Biblioteca Real, do Real Teatro de São João, da Academia de Belas-Artes, dos cursos de nível superior.

Uma multidão ajuntada pela força, ainda que exista debaixo de uma só e única cabeça, não se pode dizer que está unida, nem que tal povo constitui jamais um povo. [...] O poder absoluto aniquila o público, e onde não há público, na realidade não há pátria, nem nação⁷.

O periódico, com regularidade, vinculava a censura e a proibição de livros e periódicos pela Coroa Portuguesa, tanto no Brasil como em Portugal, à impossibilidade de progresso:

Claudia
Castellanos
Pfeiffer

258

Mas que pode fazer um operário sem os instrumentos de seu ofício? Para El-Rei pôr em prática suas boas intenções é preciso que tenha instrumentos próprios. Estes são os homens instruídos. Sem eles, nem terá com quem se aconselhe, nem quem execute as suas resoluções. E como se não de achar os homens instruídos, nas ocasiões em que são necessários, se os meios de educação se restringem e apoucam⁸?

Temos aí uma síntese da relação educação/progresso/escrita em que nossos gramáticos da segunda metade do século XIX se inserem no movimento de dar visibilidade ao conhecimento de uma língua nacional brasileira.

A irrupção da imprensa livre, conjuntamente com as lutas pela independência, acabou por testar a capacidade técnica e os limites contextuais do impresso. Permeados pela inconstância dos confrontos políticos, as interdições afetavam primeiro as oficinas e prelos, para depois deterem os livros. Paralela ao crescimento da circulação de folhas volantes, a prática do manuscrito era ainda muito recorrente.

Não é de se estranhar, pois, que, com exceção de seu periódico *Thythes Pernambucano*, Frei Caneca tenha se servido da prática do manuscrito. Sua obra somente é tipografada quando organizada como compêndio pelo Comendador Antonio Joaquim de Mello em 1869. A existência da prática do manuscrito paralela à tipografia faz mais sentido ainda se pensarmos na relação existente entre o efeito de unidade produzida pela imagem tipográfica e o sentido de nação e, com ele, a de língua nacional.

7 Material colhido por Quadros (1993) em Rizzini (1988) [O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1823, Imprensa Oficial do Estado, SP].

8 Id.íbid.

Conforme coloca-nos Quadros (1993), a unidade, a homogeneidade e a coerência tipográfica colaboraram muito para criar o efeito de unidade, apesar das discórdias, materializando graficamente, com grande difusão, uma narratividade da nação.

Neste rol de produções tipográficas produziam-se tanto impressos de reprodutibilidade rápida (panfletos, periódicos fracionados etc.) quanto impressos que tinham como objetivo dispor da temporalidade duradoura da escrita que a arte tipográfica concedia, tudo isso com vistas à construção de uma história nacional, uma literatura nacional e uma história desta literatura. Neste processo começou a ganhar evidência, também, a busca por uma historicidade dos próprios meios de produção e publicação da escrita.

Nesta tentativa de erguer um conjunto textual que fosse capaz de registrar uma história da nação, ou seja, na tentativa de se construir um arquivo nacional, esbarrou-se com a dispersão dos vestígios de manuscritos e, muito raramente, de impressos. Houve então todo um processo de verdadeira construção de diretrizes explícitas de um arquivo nacional, passando pela constituição de uma listagem de manuscritos que deveriam ser impressos em função de seu valor nacional, pela reimpressão de obras que estariam deterioradas (nacionalizando obras originariamente portuguesas) e, finalmente, por pela eleição de obras que existiram, mas que se perderam no tempo, de todo modo entrando para a listagem de uma vasta produção nacional (CANDIDO, 1975).

A imprevisibilidade do modo de recepção dos leitores era controlada pelo mercado interno através da fragmentação das edições em fascículos, das extrações seriadas de impressos, e das edições de livros feitas por subscrição antecipada. Além disso, procurou-se didatizar o máximo possível as obras, fazendo delas obras mais próximas de manuais do que de obras técnico-científicas. Por outro lado, foram produzidas muitas obras voltadas ao lazer, ao círculo familiar e privado, ao serão e à leitura em voz alta. Isso foi feito de modo a aproximar o leitor ao mercado de consumo das obras impressas. Percebemos, então, que o imaginário sobre o público-leitor começa a mudar. Há todo um trabalho de popularização deste público, com o que é acirrada a dicotomia entre um público de elite capaz de interpretação e um público incapaz de interpretar, precisando de obras facilitadas e, portanto, superficiais e irrelevantes. A interpretação, entendida como exterior à linguagem, é

para poucos. Produzia-se assim, no mercado editorial, um perfil de leitor vinculado à ideia de leitura rápida e fácil, em função da preocupação com uma alta margem de vendagem.

A questão da língua nacional, enquanto língua brasileira, ainda não era tematizada com regularidade. Será somente no interior do movimento dos escritores literários, já na segunda metade do século XIX, que esta reflexão será realizada em uma tensa busca pela língua brasileira (PFEIFFER, 2001). Em seus textos encontramos marcas sintáticas, lexicais e semânticas que estabelecem uma diferenciação daquilo que se fala (brasileiro[s]) com relação àquilo que se escreve normativamente (português). A edição, na sua maioria, partia da iniciativa dos próprios escritores, que tinham, como já colocamos anteriormente, grandes dificuldades para o desenvolvimento da literatura em função da manutenção da prática do mecenatismo.

Literatos da segunda metade do século XIX (contemporâneos, pois, de nossos gramáticos que buscavam institucionalizar, através da gramatização, uma “nossa” língua nacional), como José de Alencar (Ibid.), inscrevem-se no processo de deslocamento e distanciamento de uma tradição clássica do romance, modelada referencialmente por Balzac. Conforme Lajolo (1996), a evidência da inadequação do modelo clássico e canônico se deve à tentativa de quebrar a “monolitidez” do modelo de romances europeus de modo a abrir espaço para uma pluralidade de vozes que constituem uma identidade cultural brasileira. Tais sentidos ecoam no processo de gramatização que, conforme Orlandi (2002 [1998]) desenvolve, rompe com o modelo para instituir a identidade brasileira em termos de sua *distinção*, e não em termos de sua variedade.

Em meados da primeira metade do século XIX, começam a vir para o Brasil, como vimos anteriormente, livreiros/impressores (principalmente franceses⁹) que renovam os procedimentos tipográficos, introduzindo novas técnicas, trazendo máquinas mais modernas, formando uma mão de obra mais especializada. Já na primeira metade do século XIX a impressão de gravuras tornou-se um hábito nos periódicos e magazines, atraindo o público-leitor para a compra destas edições. Tal popularidade trouxe junto a crítica às ilustrações dos impressos; elas foram consideradas, por uma parcela formada de intelectuais, como um

9 Isto reforça a busca, principalmente na segunda metade do século XIX, por uma filiação que não fosse portuguesa.

chamariz superficial e medíocre que funcionava para atrair a atenção do leitor, desviando-lhe do mais importante – a qualidade do texto impresso –, e escamoteando, assim, a falta de qualidade e acabamento dos textos impressos. Deste modo, a “popularidade” começou a ser vinculada também à falta de qualidade: quanto mais um determinado impresso era bem recebido por um público-leitor mais generalizado, pior seria a qualidade literária e/ou científica do mesmo. Funciona aí a dicotomização entre um tipo de literatura considerada apenas para lazer e diversão e uma outra que é destinada a uma elite intelectual e científica, o que reincide na produção de sentidos que distinguem “livros bons” de “livros fáceis”¹⁰.

No Brasil, mesmo sem a produção de um grande número de periódicos ilustrados na primeira metade do século XIX, o número de importações fez com que o público se adaptasse logo a este tipo de produção e o exigisse como padrão comercial. Periódicos como *A Marmota*, de Paula Brito e sua empresa tipográfica, situados na segunda metade do século XIX, constituíram-se em práticas na direção contrária a importações, buscando compor o original nacional. É interessante percebermos, de modo ilustrativo, como sentidos de nacionalização e visibilidade do público se movimentam nestas práticas administrativas do mercado livreiro.

Frei Caneca nas barbas de Antonio Candido

Os estudos literários brasileiros mostram que, com a vinda de D. João VI, acirra-se o pragmatismo intelectual, tido por essa linha de pensamento como um dos fomentadores, em última análise, da independência. Se, por um lado, nos fala Antonio Candido (1975), a poesia do século XIX era de qualidade inferior, por outro os ensaios e o jornalismo eram excelentes. A descrição que Candido faz da obra de Frei Caneca, um dos poucos autores que o citam, enquadra-se perfeitamente nesta comparação. Candido aponta Frei Caneca como responsável por ótimos textos jornalísticos e ensaísticos, porém também por uma poesia de qualidade muito duvidosa.

10 A questão da quantidade aí é colocada de modo esclarecedor. A democratização do ensino partilha sentidos com o paradigma que iguala quantidade à falta de qualidade. Abrir oficialmente a escola para todos, a leitura para todos, instaura uma elipse neste movimento que institui como necessária uma didatização que implica redução qualitativa. Esta elipse aponta para uma posição-sujeito em vias de aprendizagem que se funda na sua incapacidade. Não há mais uma pretensão coincidência qualitativa entre o escritor/intelectual/detentor do saber e o leitor. Não se trata de um leitor que não sabe, mas vai saber. Trata-se de um leitor incapaz de saber.

O autor descreve o momento literário vivido por Frei Caneca como fortemente marcado por uma intelectualidade que começa a formular a posição do Brasil determinada pelas contradições entre uma política colonialista e uma economia colonial. Os intelectuais passam a se identificar estreitamente com os interesses materiais das diferentes camadas sociais, dando-lhes roupagem intelectual e cooperação na luta (Ibid.).

Este movimento caracteriza-se por uma atitude pragmática dos intelectuais que precisam ver a utilidade prática das reflexões científicas para se satisfazerem com a ciência que praticam. Nas palavras de Candido (Ibid., p. 238), “o grau de importância de uma ciência se mede pelo seu valor utilitário”.

Para o literato, a obra de Frei Caneca caracteriza-se mais marcadamente pelo jornalismo de ensaio, panfleto ou artigo, espaços nos quais procura esclarecer o juízo do leitor e orientar as atividades do homem público. Tem como companheiros da mesma atividade o já citado Hipólito da Costa, em Londres, e Evaristo Veiga, no Rio de Janeiro.

Seu jornal – *O Thyphes Pernambucano* – é considerado pelo autor como sua obra maior, em termos de literatura revolucionária, “brandindo o punho contra a tirania e alimentando-se de idéias liberais” (CANDIDO, 1975, p. 258). Caracteriza-se, ainda, pela paixão e pelo pouco desenvolvimento teórico. Candido (Ibid., p. 254), analisando a dissertação de Frei Caneca sobre a pátria e o cidadão, diz:

É de certo modo uma obra de transição, bastante prolixa, construída à moda escolástica sobre distinções e definições, com base no argumento de autoridade, através de uma quantidade enorme de exemplos e citações. O político ainda não se desprendera do retórico, mas já no ano seguinte aparece puro, nos panfletos em que responde à ‘Arara Pernambucana’. (grifos meus).

Candido vai dizer ainda que, no período entre 1810 e 1835, as obras “puramente literárias” em comparação com as atividades abundantes dos publicistas dividem-se em dois grupos: um que se caracteriza por certos indícios de renovação, e outro marcado por uma medíocre continuação das orientações dos neoclássicos decadentes. Segundo ele, é neste segundo grupo em que se inclui a poética de Frei Caneca.

Quero fazer notar primeiro a não coincidência estabelecida pela discursividade de Candido entre “ser retórico” e “ser político”. Mais que uma não coincidência, estabelece-se a impossibilidade de se estar no lugar do político se o texto é retórico. Note-se ainda a separação clara entre a poética (obras puramente literárias) e as práticas publicistas, que são literárias, mas não puras, são científicas, porque são utilitárias, fruto de uma intelectualidade brasileira. De um lado a poética é mal vista pela sua falta de qualidade artística (arte pura). De outro, o lugar da ciência está garantido pela atitude pragmática dos intelectuais (literatura engajada). Como se vê, não há lugar para a retórica que não seja o de anular a capacidade efetiva de um dizer (no espaço do pragmatismo intelectual). Isso tem seus efeitos.

Língua, nação, gramática e ensino: formulações de sentidos em Frei Caneca

O sujeito escolar brasileiro insere-se, desde a época colonial, em um sistema educacional marcado pelo apagamento das línguas outras no processo de construção de uma unidade de base material escrita.

Na época da colônia, quando os missionários eram os responsáveis oficiais pela formação educacional, constitui-se, conforme nos mostra o trabalho de Nunes (1996), um mapeamento do olhar do colonizador guiado, no plano da descrição, pelo exótico daquilo que o novo mundo pode oferecer e, no plano dos costumes, pela observação do que é louvável ou não no comportamento do “índio” em termos do paradigma *valores cristãos/valores não-cristãos*. O saber fundamentado nesta moral cristã produz a prática político-educativa da colonização norteada, fundamentalmente, pela busca de suprir uma ignorância de base do povo indígena: seu desconhecimento do Criador (Deus Cristão).

Conforme Nunes (Ibid.), a catequese utilizava-se do conhecimento dos povos indígenas, intervindo com o discurso evangélico, produzindo deslocamentos, aproximações, reestruturações, apagamentos, ou seja, a intervenção é da ordem do interdiscurso.

Já há no período colonial a construção de uma homogeneização da oralidade dada a partir do efeito de unidade da escrita produzido pelos instrumentos de colonização/catequização (dicionários, traduções de vida de santos, instruções etc.). Esta escrita chega pronta da metrópole, fazendo parte do processo de relação entre o latim e o português

de Portugal oral, e não com a oralidade brasileira (língua geral e línguas indígenas). O “índio” tem, então, que responder a uma escrituralização que lhe é exterior, render-se a uma autoridade que lhe impõe um discurso no qual ele não está inserido e para o qual não lhe é aberto espaço de fato: produz-se o não-lugar (ORLANDI, 1990; SILVA, 1998). Seu espaço interpretativo é aberto apenas enquanto simulacro.

As práticas de imposição da língua vernacular da metrópole portuguesa foram muitas. Cito três momentos que já foram tocados em outras análises: a *Provisão* de 1727, através da qual a metrópole proíbe o uso da língua geral; os *Diretórios*¹¹, a partir do que Marquês de Pombal, em 1757, impõe a língua da metrópole como a “língua do príncipe”, podendo ser esta a única língua falada por toda a região brasileira; e a expulsão dos indígenas, em 1759, também pelo Marquês de Pombal, de modo a fazer valer o ensino “do bom português” como língua vernacular, reafirmando a proibição de se usar, como língua de ensino, a língua geral, prática corrente em quase todos os domínios da colônia. Impõe-se um discurso escrituralizado ao qual a maioria não tem acesso. O sujeito é colocado na posição de quem deve responder a uma demanda exterior a ele, determinada por posições de autoridade que lhe apresentam a escrita como já dada¹².

Se esses são alguns dos movimentos de apagamento das línguas do Brasil pela imposição da língua da metrópole, podemos trazer para nossa reflexão outros gestos de apagamento que produziram na nossa história a oficialização de uma história brasileira. No mesmo momento em que são instituídos decretos oficiais de imposição da língua portuguesa, há, por exemplo, a fundação de Academias Literárias que produzem uma escrituralização da história oficial, como bem analisa Mariani (1998). Em sua análise, a autora trabalha com duas das Academias fundadas no século XVIII: “Academia Brasílica dos Esquecidos” (1724) e “Academia Brasílica dos Renascidos” (1759), que tinham como objetivo contar a história do Brasil desde seu descobrimento até os dias atuais (século XVIII). Em ambos os

11 Mariani (1998), entre outros, ao trabalhar com o decreto do M. de Pombal e com as Academias Literárias da mesma época, nos coloca – entre outros efeitos destes diferentes acontecimentos – o apagamento de uma historicização brasileira no Século XVIII que produzia a prática de um português brasileiro e da língua geral.

12 Em Mariani (1998) este período pode ser caracterizado pelo antagonismo de três práticas discursivas: a dos jesuítas na sua relação com os índios, a dos brasileiros de nascimento e a dos portugueses que já começam, nesta época, a ser significados como estrangeiros.

casos, o mote fazia referência ao esquecimento por parte da metrópole, vivenciado em território brasileiro. Mariani demonstra como, no movimento de *lembrar*, sentidos brasileiros são apagados. O Brasil apagado pelo discurso das Academias é o Brasil da língua geral: das crianças, das mulheres, dos índios, dos negros que só falavam a língua geral e não frequentavam os salões das Academias. Essas academias – ainda segundo a autora – representam o apagamento de um espírito de brasilidade que estava em curso de configuração, “se trata de instaurar uma memória que se elabora, desde o início, no não respeito à língua e à realidade brasileiras” (ibid., p. 85).

Comentei, de modo geral, diferentes práticas discursivas que produziram sentidos na direção de um apagamento do brasileiro, na sua língua, na sua história. Isto para introduzir os sentidos produzidos pela obra de Frei Caneca que aqui toma destaque dentro de suas condições de produção. Frei Caneca, apesar de sua postura emancipatória¹³, escreve a gramática de uma língua escrita transportada¹⁴, inserindo-se no processo de institucionalização e legitimação de um discurso da escrita homogênea e coincidente com a de Portugal. Podemos verificar este funcionamento na ausência total de marcas de uma territorialização da língua descrita (a língua portuguesa) ou de marcas de uma língua brasileira com suas diferenças morfossintáticas e semânticas em relação ao português de Portugal. Essa discursividade apaga, ainda, a oralidade de um período em que, apesar do decreto de Pombal, a língua geral ainda circulava com uma certa fluidez. Não há sequer uma referência em sua gramática sobre o que se fala no Brasil, nem em termos de língua geral nem em termos de uma distinção com a língua portuguesa. Vemos, pois, que Frei Caneca é um homem de seu tempo, inserido em práticas discursivas por meio das quais ele é tomado por sentidos. O efeito da língua escrita portuguesa vernacular está posto. Chamarei atenção mais adiante

13 Faço questão de estabelecer o contraponto para trazer mais um argumento para a posição discursiva que sustento (e que me sustenta) de trabalhar com o sujeito, e não com o indivíduo. Isto significa que não trabalhamos com o nível da intencionalidade. Não se trata de analisar a pessoa de Frei Caneca, mas sim de compreender a posição-sujeito a partir da qual ele enuncia, configurada por determinadas condições de produção, e que permite práticas discursivas que apontam para a possibilidade sempre do diferente, em um jogo em que a contradição e o equívoco são constitutivos.

14 Orlandi (2001) opõe o processo de “transporte” de uma língua ao de “transferência”, definindo o primeiro como a imposição de uma memória através de uma língua carregada em bloco, enquanto que o segundo é formulação de uma memória, historicização: a língua enquanto prática vivida e não transportada.

para efeitos de sentido produzidos na narratividade sobre a obra didática de Frei Caneca, que lhe conformam outros sentidos ainda.

Pode-se notar, em sua gramática, uma referência generalizante da relação oral/escrito quando o autor comenta sobre uma característica econômica da oralidade em oposição ora ao excesso ora à falta, conforme o caso, de letras do alfabeto português. Frei Caneca considera esta característica como sendo uma “herança de erros irremediáveis”. Há aí um efeito da escrituralização da língua no Brasil como *sempre-já-lá*. Frei Caneca toma a não correspondência entre a fala e a escrita como uma herança de erros de nossos antepassados, apagando as diferenças espaciais e temporais entre a língua portuguesa no Brasil e em Portugal, como se esta escrita pertencesse a uma história longínqua dentro do território brasileiro. Apaga-se, pois, a relação desta escrita com as línguas indígenas, africanas e de imigrantes. Vemos efeitos aí de uma memória brasileira escrituralizada por uma memória portuguesa (ORLANDI, 1994).

Outro funcionamento interessante para o qual chamo a atenção: na última parte de seu *Tratado de Eloquência*, sobre as “versificações em português”, há uma série de exemplos em latim acompanhados de tradução imediata em português, o que nos levaria a pensar, em princípio, que o autor é tomado por um leitor virtual que não detém necessariamente o conhecimento do latim, mesmo que funcione fortemente o argumento de autoridade do uso da língua que representa, naquele imaginário, “os melhores escritores”. Frei Caneca adenda em seu título: “Tratado de Eloquência - extraído dos melhores escritores”. Entretanto, em sua dissertação “Sobre o que se deve entender por Pátria do cidadão, e deveres deste para com a mesma Pátria”, percebe-se outro funcionamento. O autor inicia seu texto eximindo-se de qualquer problema de linguagem e de cobranças de erudição ou estilo gramatical arrojado que possam fazer à sua dissertação, já que ele *a escreveu para ser lida por todos*. Em suma, coloca-se na posição de escrever um texto para o povo. Sua dissertação é marcada pela presença de diversos exemplos em latim, grego, francês e italiano, os quais, contudo, não são em momento algum traduzidos.

Percebemos, desse modo, uma “contradição” aparente entre um texto dirigido explicitamente ao povo, marcado pela presença de citações em línguas clássicas não traduzidas, e um Tratado destina-

do a estudiosos que querem aprofundar seu domínio sobre a língua que, ao contrário do primeiro texto, apresenta tradução sempre que a citação vem em outra língua que não a portuguesa. A meu ver esta contradição não pode ser entendida como uma confusão de leitores virtuais, e sim como constitutiva do movimento simbólico e político de constituição de uma língua brasileira. Enquanto o texto do *Tratado* é produzido de modo mais colado à sintaxe de uma gramática normativa portuguesa, a dissertação apresenta algumas construções da língua brasileira, como a colocação pronominal “me parece”, seguida de suas obras panfletária e jornalística que são, estas sim, repletas de construções da língua brasileira, o que nos remete à colocação de Tarallo (1996) de que já no século XIX temos algumas bases linguísticas que indiciam as mudanças em nossa língua em relação ao português de Portugal, mudanças essas que se acentuam no século XX. Das quatro principais mudanças com que o autor trabalha, a reorganização nos padrões pronominais é uma delas.

Há, pois, uma grande tensão entre uma memória portuguesa e uma memória brasileira que configura contradições como a que acabamos de analisar. No caso do *Tratado*, o uso de um “argumento de autoridade” se limita às citações de “grandes escritores”, criando-se a possibilidade da compreensão através da tradução. No entanto, quando a língua brasileira ressoa mais forte, há também a ressonância de uma memória portuguesa que se apresenta, no caso da dissertação, sob a forma de citações de línguas outras as quais não temos acesso. A “língua outra”, enquanto aquela que nega espaço de interpretação, está sempre presente.

Vemos, assim, um movimento ambíguo entre abrir espaços para novos gestos de interpretação e o jogo de estabilidade, de manutenção dos sentidos. A enunciação de Frei Caneca inscreve-se nestas discursividades que são constituídas por estes sentidos tensos marcados por uma história em que o brasileiro não se inscreve salvo como *dito* (ORLANDI, 1990). A discursividade que inscreve o sujeito no dito, sem que ele historicize seus sentidos, constrói um espaço para o sujeito se posicionar como detentor de uma língua culpada¹⁵. Uma língua em falta que não é capaz de compreender a língua outra.

15 Aqui faço uma brincadeira com a língua francesa que possui a expressão *langue fautive*. Nesta expressão, guarda-se o deslize de sentido, em cuja direção pretendo caminhar em minha análise, de língua ao mesmo tempo que errada, culpada.

As gramáticas brasileiras e a obra didática de Frei Caneca

A gramática de Frei Caneca intitula-se *Breve Compendio de Grammatica Portugueza* e inicia-se com a seguinte epígrafe:

“Poucas regras e muita reflexão
Com uso frequente, eis a maneira
Das artes aprender com perfeição”
(Duclos)¹⁶.

Claudia
Castellanos
Pfeiffer

268

Em princípio, podemos compreender que a gramática não tem por objetivo fornecer uma lista infindável de regras e é entendida como *arte* enquanto fruto da razão, posicionamento este que se filia ao conceito aristotélico de *imitação* segundo o qual, em última análise, a gramática é entendida como o modo de se alcançar a verdade sobre a língua. Não percebemos marcas em direção a uma distinção entre a arte pura e a utilitarista.

Logo em seguida, o autor abre a seção “Ideias Geraes de Grammatica (ou origem das partes della)” em que define:

Grammatica é a arte de reduzir às regras os principios comuns a todas as línguas.

A grammatica portugueza é a arte que ensina a *falar*, ler e escrever corretamente a língua portugueza. (grifos meus).

Para entendermos melhor as filiações (no sentido cronologicamente contrário¹⁷) sigamos o seguinte quadro¹⁸:

16 Não serão todas as citações em que a ortografia original será respeitada.

17 Isso porque na Análise do Discurso, como já disse, não pensamos a história cronologicamente, mas enquanto rupturas, desdobramentos. Como coloca Lagazzi (1998, p. 68), “os fatos não se encontram isolados na história, ou alocados numa linha do tempo ordenado e sequencial, porque há uma memória histórica que constitui a materialidade”. Materialidade – cuja presença é forçosa ao sujeito – em que, numa relação dialética, os acontecimentos são desencadeados, sempre afetados por sua memória discursiva (ideológica).

18 Este quadro é derivado do trabalho de Orlandi (1998, 2002).

GRAMÁTICA FILOSÓFICA	GRAMÁTICA HISTÓRICA
Júlio Ribeiro como representativo (Grammatica Portugueza/1881)	João Ribeiro como representativo (Grammatica Portugueza/1887)
Gramática é uma exposição metódica de fatos da linguagem, de modo que estes possam ser aprendidos com facilidade	Gramática é a coordenação e exposição das regras da linguagem
<p>Divisão interna da gramática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Gramática Geral</u> (exposição metódica dos fatos de linguagem em geral); • <u>Gramática Particular</u> (exposição metódica dos fatos de uma língua particular); • <u>Gramática Portuguesa</u> (exposição metódica dos fatos da língua portuguesa). 	<p>Divisão interna da gramática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Gramática Geral</u> (expõe os princípios lógicos da linguagem); • <u>Gramática Particular</u> (expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma); • <u>Gramática Histórica</u> (estuda os fatos da língua em seus diversos períodos/ Comparatismo); • <u>Gramática Comparativa</u> (é a verdadeira gramática geral; estuda os fatos comuns ou diferentes, em grupos de línguas que têm a mesma origem).

Percebemos que as filiações de sentido da gramática de Frei Caneca passam pelas duas tradições. Poderíamos dizer que, predominantemente, pela gramática filosófica, em função de não haver preocupação comparativista; ao mesmo tempo, é preciso notar que em momento algum se fala em fato, somente em regras.

As noções de *fato* e de uma exposição que se pretende “facilitadora” são filiadas à gramática de Port-Royal, assim como a noção de *princípios lógicos*. Através do quadro, podemos observar que a chamada Gramática Histórica toma o conceito de princípios lógicos, enquanto a Gramática Filosófica toma os de fato e de exposição de leis com o objetivo de facilitar a compreensão da língua. De seu lado, Frei Caneca trabalha com as noções de *princípios*, *regras*, *facilitação*, *razão*, sentidos filiados¹⁹ historicamente também à gramática de Port-Royal.

19 Porque a linguagem é histórica, não podemos entender a filiação como colagem, mas sim como produtora de sentidos que se ressignificam nas condições de produção específicas do momento.

Outro ponto fundamental para compreendermos a memória discursiva construída na prática da gramática de Frei Caneca é refletir sobre os alcances propostos ao ensino da arte gramatical: ensinar a “falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa”. A gramática tem por objetivo, então, proporcionar a perfeição, não só da escrita, mas também da leitura e da fala das pessoas, o que sugere que haja no interior de seu desenvolvimento uma distinção entre estas três instâncias.

Prosseguindo adiante em sua gramática, deparamo-nos com a seguinte definição:

A língua é composta de frases ou de sentenças ou de orações; as frases são compostas de palavras, as palavras de sílabas, as sílabas de letras e as letras que se equiparam ao som são os primeiros elementos ou materiais das línguas.

Vemos que não há distinção entre som e letra, o que nos leva a pensar, ao contrário do que vínhamos compreendendo, que a relação fala/escrita não consiste em uma distinção, mas sim em um apagamento da oralidade²⁰.

Nesse mesmo capítulo, Frei Caneca introduz as diferentes espécies de palavras existentes: *nome, artigo, pronome, adjetivo, verbo, partícula, advérbio, nomes de números, preposições, conjunções e interjeições*. A definição dessas diferentes espécies consiste antes em dar as razões pelas quais as palavras existem, enfatizando a questão das origens dessas diferentes espécies de palavras, sempre em função do *nome* (designação, determinação, representação, qualificação, ação) ou do *verbo* (extensão de significação). Ao definir certas palavras, o autor fala em *ouvinte*, o que marca novamente a indistinção entre a fala e a escrita. Isso interessa-nos sobremaneira em função de refletirmos sobre o apagamento da língua geral, genuinamente oral e do português falado no Brasil. Lembro aqui Orlandi (1997) quando a autora cita Macedo Soares: “é preciso escrever como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”. Importa notar que ao mesmo tempo em que há uma indistinção entre

²⁰ Ao discutir estas definições, estou tomando como oralidade o registro oral empírico, e não a partir do modo como trabalharia sob o viés discursivo. Discursivamente, a oralidade e a escrita podem se apresentar sob as duas formas. O que me interessa aqui é observar se no efeito mesmo de equivalência entre oralidade e fala, os sentidos postos pela discursividade desta gramática apontam para uma diferença entre falar e escrever (sem desconsiderar, obviamente, as filiações com os estudos fonológicos que se configurarão posteriormente) (GALLO, 1995).

falar e escrever na discursividade posta nesta gramática, há sempre presente referências a “falar” e a “ouvinte”, marcas de tal indistinção e presença que não notamos em gramáticas como as de Port-Royal ou as de tradição filosófica ou histórica no Brasil. A meu ver esta ausência se presentifica na discursividade de Frei Caneca apontando para uma falha no sujeito brasileiro. Ele fala errado, por isso a gramática trabalhará em prol de corrigir esta língua culpada (*fautive*) do brasileiro.

São quatro as partes da gramática: Etymologia, Ortografia, Prosódia, Sintaxe. Isso filia o autor à *Gramática Geral*, a partir da enciclopédia de Diderot e D’Alambert, em que há a parte “mecânica” (ortoépia e ortografia) e a parte lógica (etimologia e sintaxe), ao contrário de “nossos” gramáticos do final do século XIX, que dividem em duas partes: lexicologia/sintaxe.

Ao definir estas quatro partes o autor já não toca na questão da fala, colocando-as enquanto práticas de leitura e de escrita.

Em seguida, temos: “A oração é a expressão do pensamento. O sujeito organiza o ajuntamento da oração para poder se comunicar”. Para Júlio Ribeiro, em sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1881), filiado ao naturalismo, a língua também é expressão do pensamento. A língua tomada como expressão do pensamento aqui está sendo entendida como instrumento de comunicação. Porém, o mais interessante a ser observado é o fato de ser dado ao sujeito o papel de organizador do seu modo de expressão. O que vemos é a construção de sentidos para um sujeito que tem responsabilidades e poderes. É o sujeito da *Razão*. É o sujeito da retórica (a *elocutio*). A retórica afeta a gramática.

O seu modo de apresentação sobre as quatro partes constitutivas da gramática é feito sempre sob a forma de um mesmo procedimento: estabelece a definição e coloca as subdivisões, definindo-as em seguida. Iremos segmentando o tratamento da obra de acordo com essas partes.

1ª Parte - Etymologia

- I- Artigo, Nome, Gênero dos Nomes
- II- Número dos Nomes
- III- Pronomes*²¹
- IV- Verbos em Geral
- V- Dos Verbos em Particular
- VI- Dos Particípios

21 Este asterisco encontra-se no original, sem explicações.

VII- Dos Advérbios

VIII- Das Preposições

IX- Das Conjunções e Interjeições

Especificamente no caso dos pronomes, cabe observar que o autor trabalha com os contextos lexicais em que se muda o tipo de pronome: de pessoal para outro, por exemplo. No entanto, nada é dito sobre a sua colocação. Faz-se necessário notar que na seção destinada à variação pronominal há espaço para o equívoco: de nove repetições de uma “mesma” sequência “*em lugar de dizer-se*”, há uma ocorrência de “*em lugar de se dizer*”, o que, sem dúvida, marca a reorganização pronominal de uma língua brasileira: há espaço para os escapes de uma língua não autorizada.

Claudia
Castellanos
Pfeiffer

272

2ª Parte - Ortografia

Para o autor, o “objetivo da ortografia é de ensinar a escrever corretamente. Escrever é representar os nossos pensamentos por meio de duas ordens: letras e pausas”. Prosseguindo, dirá que as “letras constituem-se no alfabeto (24 letras) e as pausas são todos os sinais de pontuação e todos os acentos gráficos”. Em seguida, temos: “*Letras*: vogais e consoantes; *sílabas*: vogal + consoante; *ditongo*: duas vogais juntas”. A explicação do ditongo é baseada no som (na tonacidade e na abertura) dos acentos.

Apesar de haver cada vez menos a presença da dimensão da fala, há estes pequenos escapes como o da definição do ditongo. Não há referência a diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil, o que nos indica que ainda não havia espaço para este tipo de reflexão se instituir, legitimando uma identidade a partir da oposição explícita.

3ª Parte - Prosódia

Esta parte começa com a seguinte enunciação: “O objetivo da Prosódia é de ler com perfeição. Ler é pronunciar as vozes que estão representadas pelas letras com as pausas, acentos e figuras”. E nela se trata das *figuras*, definindo-as como “modos de *pronunciar* e *escrever* diferentes das regras estabelecidas” (grifo nosso). Já o *vício de linguagem* é desvio.

As figuras dividem-se em oito grupos de acordo com: acrescentamento, diminuição, mudança, transposição, reconstrução e dilatação das letras. Alguns exemplos:

- a) Acrescentamento:
 - 1) Prothese: alevantar por levantar
 - 2) Epenthese: marite por marte
 - 3) Paragage: martyri por martyr
- b) Diminuição:
 - 1) Apherese: spirito por espirito
 - 2) Syncope: esprito por espirito
 - 3) Apocope: marmor por marmore

Em contrapartida, o *barbarismo*, por exemplo, consiste no vício de se *pronunciar* brevemente a sílaba longa e vice-versa (um exemplo: época por época); assim como em se *pronunciar* o verbo na pessoa errada (um exemplo: “tu sois” por “tu és”). Faço notar que tanto em relação às figuras quanto aos vícios de linguagem, a discursividade remete seus sentidos à dimensão da pronúncia. Desacordo autorizado ou erro, ambos colocados na ordem daquilo que mais fortemente toca o indivíduo: a fala. É nesta dimensão que se abre espaço para as idiossincrasias do indivíduo e para sua contraparte: a idiossincrasia que é erro.

4ª Parte - Sintaxe

Nesta quarta parte, vemos que “o objetivo da Sintaxe é ensinar a compor as orações”, sendo que “a oração é a expressão do pensamento. O sujeito organiza o ajuntamento da oração para poder se comunicar”.

Ao mesmo tempo em que os sentidos apontam para um sistema de regras, abrem espaço para o lugar do sujeito que organiza o seu pensamento. É importante sempre lembrar que a gramática de Frei Caneca é extremamente desqualificada na historiografia, sendo considerada um rascunho de lições rápidas feitas sem condições de trabalho e para um público já marcado pela falta da alfabetização (freiras adultas). Acredito que esta desqualificação se dê pelos efeitos de sentido de um dizer que caminha na ambiguidade, no confronto, na contradição da abertura de espaços para outros sujeitos não autorizados dizerem uma língua legítima, fazendo com que o próprio dizer desta discursividade fique marcado pelo imaginário da confusão, da incompletude, do inacabado, ou mal acabado.

Tratado de Eloquência de Frei Caneca

Seu trabalho sobre Retórica tem o nome de *Tratado de Eloquência* e é seguido pelo seguinte parêntese: “(Extraído dos melhores escritores. Dividido em três partes)”. Trabalha, portanto, a partir do argumento de autoridade, calcado na posição de legitimidade garantida na história de alguns autores. A capacidade argumentativa não existe a priori, mas é construída pela efetividade persuasiva que se encontra exemplificada nos escritores que se tornam exemplares. Circuito fechado.

Isso pode ser confirmado ainda pelo fato de que em todo o seu trabalho não há referência alguma a tratados filosóficos sobre a questão da retórica. Ela é trazida para o *Tratado de Eloquência* como se já estivesse pronta, acabada, desde sempre já-lá: transparente. Apaga-se toda uma discussão que baliza a tensa relação entre os campos da filosofia e da retórica entre filósofos anteriores à Era Cristã. Isso não significa que Frei Caneca desconhecesse a discussão, mas sim que ele tenha construído um discurso em que a linguagem é tida como um instrumento muito claro em termos de seus conceitos e utilidades. Não se coloca a necessidade de discutir o conceito de linguagem, de verdade, de verossimilhança, de emoção, de paixão, de razão. Enfim, a própria legitimidade da retórica não é questionada. Fato discursivo importante.

Passaremos, agora, a tratar de cada uma das seis partes do Tratado, segmentando nosso texto por meio dos respectivos títulos.

Parte I

Sistema de Eloquência

Nesta parte duas definições fundamentais são apresentadas: “*Eloquência* é a *faculdade* de significar com deleite os *pensamentos* por palavras, para convencer e persuadir”; e “*Retórica* é a arte que dirige as disposições *naturais* do homem no uso da *eloquência*” (grifos nossos).

Nesta discursividade, apresenta-se uma indistinção entre *persuadir* e *convencer*, trabalhada, por exemplo, em nosso século, por Perelman (1958), que associa a persuasão à retórica, e o convencimento ao raciocínio científico. Tal distinção, guardadas as diferenças, vem desde o século V a.C. Retomo “*faculdade*” e “*pensamento*” da definição de *eloquência* e “*naturais*” da definição de *retórica*. Vemos que seus sentidos estão filiados, de um lado, a uma razão humana capaz da persuasão e do convencimento e, de outro, a uma razão intrínseca ao próprio homem

(disposições naturais), o que nos remete a sentidos filiados à discursividade de Tísias e Córax e, mais adiante, de Protágoras e Isócrates (COHEN et al., 1975; HANSEN, 1994; PFEIFFER, 2002).

Vemos, pois, que o Tratado se filia ao fundamento filosófico da retórica de Córax e Tísias em que o “verossímil é mais estimável do que o verdadeiro”, uma retórica do tipo probatória que terá sua filiação em Aristóteles mais reconhecidamente legitimada. Contrapõe-se, desse modo, aos sentidos filiados aos pitagóricos, que defendiam uma retórica *psicagógica*, em que a sedução irracional da palavra, quando sabiamente usada, exerce poder de convencimento sobre a alma dos ouvintes. Nas palavras de Górgias (que cunha o caráter psicagógico da retórica): “Psychagogia é a força da eloquência enganadora que não é demonstrativa (como queria a retórica do verossímil) mas arte médico-mágica, cuja essência reside propriamente na persuasão psicológica, irracional” (apud PEBLE, 1978 [1968]).

Já para Aristóteles, a demonstração probatória tem de ser racional. Isso não significa que seja igual à Lógica, pois o tipo de demonstração desta é irrefutável (evidência): *silogismo*; já o tipo de demonstração da retórica é refutável: *entimema*. Uma diferença básica entre Aristóteles e Tísias é com relação ao ouvinte. Enquanto Córax/Tísias consideravam a demonstração probatória em si própria, sem relação com o auditório, Aristóteles toma o ouvinte como balizador do tipo de discurso a ser empreendido. Deste mesmo modo desenvolve-se a perspectiva de Frei Canecca. Outro ponto de deslocamento entre Aristóteles e Tísias é com relação à questão racional/irracional. Aristóteles não coloca a retórica no plano da irracionalidade, mas no da conjunção de *Ethos* e *Phatos* (caracter e paixão). É nesta mesma conjunção que trabalha a discursividade do Tratado, haja vista que se volta para a conjunção da virtude, benevolência e sabedoria. A indissociabilidade da ética com a retórica está posta.

Quero trazer mais uma vez Górgias porque esta textualidade instaura, a meu ver, a pretensa dissociação entre o ético e a retórica: dissociação que formula bases para a política. Distinguindo o *mythoi*²² (narração, criação fantástica) do *logoi* (discursos puramente racionais), Górgias remete a retórica ao campo do *mythoi*, porém distinta da poética. A persuasão é a base da retórica e a ilusão é a base da poética. A ilusão consiste

22 É muito interessante observar as relações de significação construídas na nossa memória discursiva, por exemplo, hoje, entre a noção de *mythoi*, a noção de *objetividade científica* e a noção de *mito*.

em fazer crer no que não existe, e a persuasão em fazer crer que as coisas são diferentes do que elas são (subjugar as pessoas através da alteração da realidade). A retórica, pois, desvia o sujeito da verdade e de maneira vil.

O sistema da eloquência de Frei Caneca consiste em seis partes:

- 1) A *Invenção*: descobrir os pensamentos mais adequados para que o fim a que o orador se propõe seja alcançado. Percebe-se, nesta discursividade, que a ideia pré-existe à estrutura de pensamento que a sustentará, ou seja, há ideias *a priori* que só precisam ser envolvidas por um pensamento que lhes dê forma. As ideias em si são, nesse discurso, a-históricas. A *Elocução*: a escolha de palavras e sua boa colocação para melhor exprimir o pensamento.
- 2) O sujeito toma conta de seu discurso com total controle, este é o seu lugar, diferente daquele construído pela gramática.
- 3) A *Disposição*: o arranjo dos pensamentos na melhor ordem a que se propõe o orador.
- 4) A *Memória*: conservar à disposição os pensamentos para, sempre que precisar, apresentá-los aos ouvintes.
- 5) A *Pronúnciação* (ou declaração): declarar aos ouvintes os seus pensamentos.
- 6) A *Ação*: o gosto que o orador deve empregar na publicação de seus pensamentos.

Como sabemos, os sentidos não andam em linha reta. A difusão das ideias ramistas²³ não se dá fortemente nesta discursividade. Observamos que, ao mesmo tempo em que estas seis partes apresentam deslocamentos, presentificando sentidos na direção de um lugar legítimo para o sujeito, também podemos encontrar, no *Tratado*, um sujeito do pensamento, da razão, que deleitará seu público, conforme vemos nos recortes abaixo:

A finalidade da eloquência consiste em: convencer, persuadir e deleitar (isto é, recrear).

Os meios que o orador emprega são: instrução, moção e deleite. Os meios para empregar a eloquência são: pensamentos e palavras (conteúdo/forma). (grifos nossos).

23 Filiadas a Petrus Ramus (séc. XVI), que propõe a redução do campo da retórica, cabendo a ela apenas a *elocutio*, a *pronuntiatio* e a *memoria* (PFEIFFER, 2002).

No Tratado, dois são os tipos de questões: as *universais* (indeterminadas ou *teses*) e as *particulares* (determinadas, causas ou *hipóteses*), o que nos permite compreender uma filiação a Hermágoras de Temno (Século II a.C), que introduz as teses no domínio da retórica, as quais, até então, eram restritas ao âmbito da Filosofia.

Continuando no Tratado, temos que os *estados de eloquência* consistem em: questões e discurso (de conjectura; de definição; e de qualidades). Já os *gêneros da eloquência* são classificáveis como: demonstrativo (teórico), deliberativo (suadir ou dissuadir) e judicial (intentar a ação em juízo e defendê-la)²⁴. Por fim, as *partes do discurso* são: exórdio (princípio e insinuação); narração; confirmação (refutação); e peroração (conclusão). Paremos um pouco nas partes do discurso.

Partes do Discurso

Assim são definidas cada uma delas:

Exórdio

Parte do discurso destinada a fazer com que os ouvintes ouçam favoravelmente o orador. Divide-se em duas partes: o *exórdio princípio* é a exposição clara e direta do fim, do objetivo do orador para a preparação dos ouvintes; e o *exórdio insinuação* é a exposição, por meio de rodeios e de modos indiretos dos objetivos do orador, para um auditório²⁵ que ele julga desfavorável. (grifos nossos).

Narração

É a parte do discurso dedicada a informar os ouvintes acerca do assunto oratório da maneira mais adequada ao fim proposto. Apresenta-se sob três modos: a *proposição* é a informação do assunto quando composto de um só ponto; a *participação* é a informação do assunto quando são diversos pontos; e a *narração restrita* é a informação do assunto com todas as circunstâncias importantes. Para êxito total é fundamental que a oratória se apresente com clareza, brevidade e *verossimilhança*. (grifos nossos).

24 Em Aristóteles encontramos a mesma definição.

25 Os termos “ouvinte” e “auditório” são empregados indistintamente.

Confirmação e Refutação

A confirmação é a prova, a exemplificação que ilustra o entendimento. As provas podem se dividir em quatro tipos: as *lógicas* (intrínsecas (argumento) e extrínsecas (conhecimento público)); as *intelectuais*; as *morais* e as *sentimentais*. Vemos aí a referência à razão e à moral como duas instâncias diversas.

A refutação é a parte da prova em que são destruídos os fundamentos que foram opostos à argumentação ou que podem vir a ser feitos. (grifos nossos).

Podemos observar que a textualidade do Tratado é fortemente marcada por um sentido de virtualidade como previsão da argumentação. Avancemos:

Peroração

É o último remate do discurso. Após preparar (exórdio), informar (narração), convencer (confirmação-refutação), é a vez da conclusão.

Mais adiante, no Tratado, retornando sobre a especificidade da elocução na eloquência. Na seção '*Sobre a Eloquência*', temos:

A elocução é o trabalho de organização e definição das palavras de modo a dar força ao pensamento. Os conceitos produzidos pelo pensamento são expressos através das palavras, porém há melhores e piores formas disso realizar-se.

O que vemos aí é que a palavra é a materialização do pensamento humano, mas cabe ao homem a responsabilidade de conseguir se expressar competentemente.

No Tratado, as subdivisões da elocução são baseadas no critério do modo de organização das orações: a ligação entre as orações e o nexos estabelecido entre elas. As diferenças têm como critério a harmonia e completude do sentido: se o sentido completa-se em uma oração, em duas, ou em um período. Além disso, leva-se em consideração o modo como as palavras se "comportam" isoladamente; há termos próprios para significar determinadas ideias, termos que são apropriados para significarem algo a mais que seu sentido primeiro, termos técnicos das ciências, das artes etc. Portanto, a questão é *semântica*, apesar de não se

usar a nomeação em momento algum. As palavras são dadas como carregando em princípio seu significado, podendo algumas possuir mais do que um só significado²⁶. A semântica se marca na discursividade do Tratado, apesar de não ser referida enquanto tal.

Na seção “virtudes e vícios da elocução”, temos que as virtudes consistem na pureza, na clareza, na correção, na boa colocação e no ornato. Em contrapartida, os vícios consistem no barbarismo (peregrinação de palavras de outros idiomas²⁷), na afetação demasiada de pureza da língua, nas palavras desusadas, palavras restritas a um grupo específico, palavras homônimas que geram ambiguidade, desordem e confusão das palavras na oração, parênteses extensos, brevidade demasiada, expressões refinadas ou ininteligíveis.

Vemos que os sentidos que ficaram mais presentes quando se pensa em argumentação estão conformados pelas virtudes e pelos vícios.

É importante notar que esta discursividade nega a possibilidade da ambiguidade como constitutiva da língua e que, mesmo quando proposital, tal ambiguidade pertence a uma estratégia de argumentação.

Parte II

Aplicação dos preceitos eloquentes

Neste item são trabalhados diferentes modos de aplicação dos recursos da eloquência que *têm por objetivo causar o engrandecimento conforme parecer mais adequado e produtivo ao orador*. A apresentação destes modos consiste em exemplificações. As instruções se estruturam pelo esquema “x” é fazer “y”; e a exemplificação se faz através de textos de literatos ou oradores ilustres, como: Camões, Homero, Virgílio, Vieira, Frei Heitor Pinto, Sócrates, Sá de Miranda²⁸. Deste modo, ao lado do argumento de autoridade encontra-se a ilustração, não regras.

O lugar específico para a individualidade é o espaço do estilo, no Tratado “O estilo é o modo particular porque cada indivíduo significa seus pensamentos por palavras ou por escrita”.

26 Em confirmação à ideia de sentidos colados às palavras temos os exemplos dados na parte sobre as aplicações dos preceitos da elocução. São apresentadas palavras cujo funcionamento é diferente: “Aquiles era um leão”. Este funcionamento é apresentado como exemplo de uma palavra que pode possuir um pensamento que é ludibriado por outro não tão imediato que também está contido na palavra em questão.

27 Interessante notar a diferença conceitual em relação à gramática de Frei Caneca, já analisada.

28 Não há brasileiros. Fato discursivo que aponta para uma legitimação que se dá na colagem à língua portuguesa de Portugal.

O que percebemos é que se neutraliza, nesta colocação, o pensamento tomado como algo geral e universal a todo indivíduo – há espaço para se pensar no pensamento fruto de um indivíduo especificamente. Além disso, é preciso que notemos a contraposição que é estabelecida entre a noção de *palavra* e de *escrita*. A palavra está remetida ao falar, e a escrita, ao escrever.

Parte III

Versificação Portuguesa

Logos de início, encontramos: “A alma do verso é a harmonia que nasce dos acentos colocados nos devidos lugares”. Ou ainda, “As palavras próprias para o verso devem ter três qualidades: belas no som, nobres em significação e poéticas”.

São apresentados diversos tipos de versificações a partir de diferentes combinações entre vogais e consoantes e diferentes acentos nas palavras; são apresentados também seus vícios, sempre exemplificados. Estes exemplos vêm no original em latim com uma tradução imediata em português. O que podemos observar, nesse sentido, é que ao mesmo tempo em que não se apaga a fonte original dos exemplos, não se apaga a história de sujeitos brasileiros que, na sua maioria, não conhecem o latim. É preciso recordar que se dá justamente o contrário na Dissertação de Frei Caneca, conforme já comentado, na qual não há tradução dos exemplos. Podemos acrescentar, refletindo sobre esse funcionamento, que a falta de tradução é um argumento de autoridade que produz um lugar de erudição de quem escreve, e também é uma prática de divisão social. Vemos, então, que a construção de um espaço possível para a nacionalização de um povo, de uma língua, não é produzida linearmente, tampouco em uma única direção.

Nesse sentido, e à guisa de conclusão, é interessante trazer o comentário que Souza (1999) faz sobre o total esquecimento que marca a obra de Frei Caneca. Conforme Souza, historiadores, literatos, gramáticos, quando realizam compêndios, dificilmente citam a obra de Frei Caneca e, quando o fazem, restringem-se a falar sobre sua obra “político-panfletária”. Para Souza, isso se deve à obra didática de Frei Caneca, que se trata de “textos mais semelhantes a rascunhos que a obras conclusivas” (Ibid., p. 53). A meu ver, o fato de Frei Caneca ser sintomaticamente apagado nas obras historiográficas indica que as condições de produção de sua época não possibilitaram seu dizer fazer sentido, colo-

cando-o sob o formato da desorganização, da confusão, da contradição. É somente com a visibilidade da gramatização brasileira, seis décadas mais tarde, que as práticas discursivas abrem espaço para tal inscrição. Não é fruto do acaso que, em 1875, sejam impressos e organizados seus manuscritos. As condições de produção desta época demandavam o retorno a esses sentidos, os quais legitimam um saber brasileiro sobre a língua. Por exemplo, um ponto marcante na obra de Frei Caneca, considerando que era professor na cadeira de retórica e poética, é a indistinção à qual submete esses dois saberes, fato este que prefigura a organização que norteará o currículo do ensino oficial brasileiro do século XIX. Isso indicia que Frei Caneca era um sujeito que resistia na língua e que sua resistência tem filiações.

A “Obra Didática” de Frei Caneca na História das Ideias Linguísticas

281

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

CANDIDO, A. **A formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1975. v. 1 e 2.

CANECA, F. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca** (org. Comendador Antonio Joaquim de Mello), 1869. (cópia microfilmada).

COHEN, J. et al. **Pesquisas de retórica**. Traduzido por Leda P. M. Iruzin. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil. **Relatos**, Campinas: IEL, n. 1, ago. 1994.

____; ORLANDI, E. (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

HANSEN, J. A. **Retórica**. Seminário UERJ, 1994. Mimeo.

LAGAZZI, S. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1994. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

Claudia
Castellanos
Pfeiffer

LAJOLO, M. Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

282

MARIANI, B. S. C. L' institutionnalisation de la langue, de la mémoire et de la citoyenneté au Brésil durant le XVIII^e Siècle: le rôle des Académies Littéraires et de la politique du Marquis de Pombal. **Langages**, Larousse, Paris, n. 130, 1998.

MELLO, A. J. de. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. 1869.

NUNES, J. H. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 19-30.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **História das idéias lingüísticas: construção do saber meta-lingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

_____. O saber, a língua, a história. In: CABRAL, L. G.; GORSKI, E. (Org.). **Lingüística e ensino**. Florianópolis, SC: Insular, 1998. [2002]. p. 31-39.

_____. O Estado, a gramática, a autoria. **Relatos**, Campinas: IEL, n. 4, jun. 1997.

_____. A língua brasileira. **Cadernos de Lingüística Aplicada**, Campinas, SP, p. 29-37, 1994.

____. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez: Ed. da Unicamp, 1990.

PERELMAN, Ch. **Traité de l'argumentation** - la nouvelle rhétorique. 1958.

PFEIFFER, C. Retórica: sujeito e escolarização. In: ORLANDI, E. (Org.). **A institucionalização dos estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

____. Sentidos para sujeitos e língua nacionais. **Língua e instrumentos lingüísticos**. Campinas, SP: Pontes, n. 7, 2001.

____. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

PLEBE, A. **Breve história da retórica antiga**. Traduzido por G. N. M. de Barros. São Paulo: EPU/Edusp, 1978 [1968].

QUADROS, J. M. **Estereotípias: literatura e edição no Brasil da metade do século XIX (1837-1867)**. 1993. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SILVA, M. V. da. **História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização**. 1998. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SOUZA, R. A. de **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ/EdUFF, 1999.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do Século XIX. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

A "Obra Didática" de Frei Caneca na História das Ideias Linguísticas

283

